

Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo

MARIA LÍDIA SOUZA DA SILVEIRA

PROFESSORA TITULAR DE SERVIÇO SOCIAL DA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

*Mas o que via o operário o patrão nunca veria.
O operário via as casas e dentro das estruturas
via coisas, e objetos, produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia o lucro do patrão.
E em cada coisa que via misteriosamente havia
a marca de sua mão.*
Vinicius de Moraes

A temática da subjetividade no campo do marxismo tende a ser tratada com estranhamento, não só porque no âmbito do senso comum difunde-se um antagonismo entre o campo da singularidade e o dos projetos coletivos, mas porque, igualmente, no interior da própria esquerda, a questão da produção dos sujeitos vem sendo considerada de forma preconceituosa e/ou reducionista.

Entendo ser de absoluta importância a retomada dessa reflexão, em particular num contexto social no qual o protagonismo humano vem sendo continuamente subsumido a uma “atualizada” lógica mercantil, acoplada à égide ao consumo e a uma dimensão de historicidade cristalizada no plano da imediaticidade e de um tempo presente eternizado.

Nesse itinerário, impõe-se no âmbito da perspectiva teórica adotada, a retomada do pensamento de Marx, o que será feito nos limites deste texto, a partir das formulações presentes nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844 e no Livro 1 de *O Capital*. Esse será o pano de fundo sobre o qual se buscará elaborar o necessário diálogo com outras áreas de conhecimento, em especial a psicanálise, na constituição da relação entre os planos objetivo e subjetivo, nas dimensões de singularidade e de protagonismo coletivo.

León Rozitchner sintetiza um pouco esse movimento, ao destacar nas análises recorrentes dos processos sociais, ora a presença de uma objetividade sem

subjetividade, ou a de uma subjetividade na qual o externo está reduzido à realidade do mundo exterior. Enfatiza ele: “Este ‘mundo exterior’ permanece como índice de uma existência reconhecida, mas não incluída como determinante dos fenômenos subjetivos que se trata de compreender e explicar. Falta neles uma teoria da subjetividade que contenha em seus próprios pressupostos a densidade histórica do mundo que a organiza como tal, não como algo aleatório ou agregado, senão onde esteja implicado em sua própria trama e estrutura, determinando também a trama miúda do indivíduo”.¹

Trata-se, portanto, de pensar os processos subjetivos a partir dos registros de interioridade presentes em cada sujeito, tensionados e interpelados através das expressões concretas da sociabilidade hegemônica. Assim, a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do inter cruzamento dessas dimensões, de dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade.²

Nesse sentido, um pressuposto que se impõe diz respeito à consideração de que a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural.

Marx vai organizar essa vinculação a partir da análise do homem inserido no processo produtivo, produzindo e produzindo-se: “O trabalho não produz só mercadorias, produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral”.³

Esse é, portanto, um processo que implica em sujeição real, desapropriação da própria condição de indivíduo perante um poder que, para além de tornar estranho o produto do trabalho, torna igualmente estranho o trabalho para o trabalhador, internalizando esta relação. Tal poder que se institui despoticamente, se evidencia não só objetivamente, mas também no campo simbólico ao processar o desenvolvimento da forma mercadoria em fetiche.

Rozitchner efetiva uma síntese desses registros ao ressaltar que “a própria subjetividade vive também em um mundo de objetos cuja forma reproduz, de algum modo, a mesma estrutura do sujeito: a mercadoria também é um

¹ Leon Rozitchner. *Freud e o problema do poder*. São Paulo: Escuta, 1989, p. 14-15.

² Maria Aparecida Cassab. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001, p. 33.

³ Karl Marx. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1985, v. I, p. 148.

objeto cuja forma reproduz uma cisão fundamental em seu modo de aparecer: valor de uso, por um lado, valor de troca por outro”.⁴

Há, portanto, uma determinação geral a partir da qual tanto os sujeitos, quanto os objetos são produzidos: a forma mercantil.

O desafio de desvendamento dessa questão aponta para a aparente contradição que se estabelece entre as condições subjetivas do homem trabalhador e as condições objetivas, dele apartadas, que o enfrentam na qualidade de capital. Assim, na relação mercantil, em particular através de seu valor de troca, transmuda-se a natureza da própria relação criada: de relação entre pessoas em relação encoberta por coisas. Ou ainda, como enfatiza Lucien Sève, “coisificação de pessoas e, ao mesmo tempo, personificação das coisas”.⁵

O acesso às formulações de Marx permite a percepção de como a individualização do homem e sua personalidade constituem-se na concretude da vida social, no interior de um determinado processo histórico que interpela e marca o sujeito. A sua análise vai desvendando como um objeto exterior à mercadoria, atua como um sujeito mistificador que, ao encobrir o lugar real do sujeito produtor, encobre em verdade o poder de sua atividade que permanece obliterado no próprio processo de sua objetivação.

Dessa forma, expropria-se o trabalho coletivo – produto da força humana num movimento singular de cooperação –, secundariza-se a experiência do trabalhador, ao mesmo tempo em que é forjado um outro tipo de perda para além da material; desenvolve-se um certo campo subjetivo imaginário na sua cabeça que, usurpado objetivamente no seu “fazer individual” e na “cooperação”, transfere ao capitalista o poder que lhe foi subtraído. Na “cooperação” uma outra perda ainda é enfatizada. Refere-se à expropriação do poder criador coletivo, na dispersão desse campo através da necessária desestruturação da forma individual.

Marx vai revelando como por meio do processo de intercâmbio de mercadorias, vai sendo constituída uma relação que aparece entre objetos, sendo obliterado o pano de fundo da relação determinante – entre os próprios sujeitos. Essa aparente desvinculação, essa “ignorância” invisível socialmente, determinará produções subjetivas particulares nos homens que o vivenciam.

⁴ Leon Rozitchner. *Op. cit.*, p. 65.

⁵ Lucien Sève. *Marxisme et théorie de la personnalité*. Paris: Editions Sociales, 1974, p. 65.

O pensamento de Freud ajuda na compreensão deste mecanismo psíquico, tanto na *Psicologia das massas e análise do eu*, quanto em *O mal-estar na civilização*.⁶ Análises corroboradas por Rozitchner e pelos psicanalistas brasileiros Joel Birman⁷ e Jurandir Freire Costa,⁸ enfatizam essa condição *trágica* do sujeito no mundo, via formas de subjetivação hoje produzidas, calcadas num enorme mal-estar. Este pode ser compreendido em várias frentes. Seja pelo retraimento do Estado, em relação aos agenciamentos assumidos que, como destaca Birman,⁹ atuavam na produção de formas de subjetivação e de gestão de laços sociais, por meio de instituições que operavam, não só como centro de ordenação social, mas também de disciplinamento; seja pela fragilização dos partidos na qualidade de “universais relativos” que funcionavam como campos ideológicos e de força no âmbito das diferenciações de classe e nos antagonismos sociais; seja nos sindicatos e movimentos sociais que vêm perdendo tanto em ofensividade, como na qualidade de campos coletivos que referenciem os setores subalternizados na sociedade. Há, portanto, não só uma fragmentação social imensa, mas essa é acompanhada de fragilização de valores substantivos e referenciais coletivos.

Essas modificações no sujeito hoje, em especial no plano dos valores, são perceptíveis através da ordem com que valora o próprio mundo, como afirma Jurandir Freire. E essa forma tem a ver com o fetichismo instituído, “no interior do qual a gente se tornou qualquer coisa da ordem da mercadoria; a mercadoria é a nossa valorização. Qual é então o modelo ideal de valor dos sujeitos? Primeiro, é o modelo do corpo e depois o da visibilidade (...), portanto, por quanto eu valho no mercado. (...) Quando a gente diz que pouco a pouco esse sujeito está se tornando uma mercadoria, se quer dizer que a gente está se definindo de tal maneira que cada vez é mais fácil saber que preço a gente tem”.¹⁰

⁶ Sigmund Freud. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

⁷ Joel Birman. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; e *Subjetividade, contemporaneidade e educação*. In: *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

⁸ Jurandir F. Costa. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984 e *O gozo com a destruição*. *Jornal do Brasil*, 12 mar. 1995.

⁹ Joel Birman. *Subjetividade, contemporaneidade e educação*. *Op. cit.*

¹⁰ Jurandir F. Costa. *Exposição no Seminário “Violência, Gênero e Subjetividade”*. Escola de Serviço Social, UFRJ, 14. set. 2001.

Essas ponderações auxiliam no reconhecimento de como a presença da globalização e do neoliberalismo conseguiram, através da recriação contínua de formas de acumulação de capital, de um lado, desconectar ainda mais os caminhos da economia dos registros do social e, de outro, subsumir os componentes de nosso psiquismo e subjetivação à ordem mercantil.

Birman chama a atenção para as profundas alterações que este conjunto de processos produz nos distintos sujeitos. Segundo ele, o *desamparo* enunciado por Freud foi sendo substituído pelo *desalento*. Entre as suas feições na atualidade estariam a depressão, o vazio, a neurose de angústia – caracterizada pela corporeidade do mal-estar e pelo baixo nível de simbolização psíquico –, além de outras formas de patologias psicossomáticas. Enfatiza o autor que estes sintomas levam à busca, individualizada, de seu enfrentamento, seja através da ingestão de drogas que cresce enormemente, seja via terapêuticas encaminhadas pela psiquiatria, ou ainda através de compulsões sexuais e alimentares – sob a forma de perversões, bulimia e anorexia. Destaca ainda ele, neste quadro estrutural, a presença privilegiada da *perversão* e do *masoquismo*, “como efeitos que são do desalento na atualidade, sendo formas de subjetividade procurar ainda *gozar* no cenário catastrófico da desconstrução subjetiva.”¹¹

Entre outras dimensões, essa condição revelaria um conjunto de impossibilidades com as quais os sujeitos estão se defrontando, em especial a de identificar e realizar ações fundamentais, portadoras potenciais de alternativas de alteração significativas do curso de sua vidas.

Superá-las implicaria em multiplicidade de acessos, tanto na ordem da materialidade – o que significa introduzir as questões relativas aos componentes sócio-político-históricos –, quanto no sentido de percebê-los vinculados às dimensões do corpo e do afeto.

Birman vai enfatizar ainda a existência de uma *inconsistência ontológica* na subjetividade moderna, produto das fraturas presentes no espaço social, passível de um campo de melhor tradução, na medida em que sejam tangenciados pelos olhares da psicanálise, da educação e da política.

Em verdade, para além da reinvenção de práticas, tanto Birman quanto Jurandir Costa reforçam o imperioso desafio da construção de *novos sentidos* para este conjunto de práticas hoje vivenciadas pelos sujeitos.

¹¹ Joel Birman. *Subjetividade, contemporaneidade e educação*. Op. cit., p. 27.

■■■ *Ordenamento social e estruturação dos sujeitos*

Quais são hoje os componentes constitutivos e constituintes da ordem social que produzem os referenciais mais gerais para essa estruturação dos sujeitos?

A perspectiva histórica que vem informando majoritariamente as identificações dos sujeitos na atualidade do capital é delineada por Hobsbawm ao se referir à vivência que marca este século XX, na qualidade de um *presenteísmo constante*.

O seu significado é o de “uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público” vivido numa determinada época.¹² Verifica-se uma intensificação do tempo presente, gerando uma lacuna entre o passado e o futuro. E do ponto de vista da cultura de um povo, essa intensificação significa a negação da memória e da história. Este “presenteísmo” nomeado por Hobsbawm, ao proceder o recalque do passado, cristalizando-se no hoje, retira das possibilidades existentes no presente os seus componentes transgressores, a sua dimensão de porvir. Mas que interesse haveria para essa permanência, para essa reificação do tempo presente?

Um elemento central na busca de sua compreensão refere-se à contínua produção de desigualdades sociais no âmbito de nossa formação social, assentadas num ordenamento social fundado neste reinado mercantil. No seu interior, os códigos de convivência social permanecem enraizados na acumulação privada de riquezas, em hierarquias sociais produzidas em contextos de antagonismos sociais, fundadas na exclusão da maioria dos indivíduos. Evidencia-se, igualmente, uma imensa apropriação ideológica das movimentações de resistência de segmentos que questionam a ordem – sendo transmutados estes gestos em banditismo. Todas essas situações e relações vão interferir decisivamente nos processos de constituição dos sujeitos.

Estes códigos, por sua vez, fazem circular valores, formas de relação, bem como a presença de certos modelos identificatórios. Nessa direção, Birman¹³ destaca nos processos de subjetivação em curso, as moldagens impregnadas pela cultura do narcisismo e pela sociedade do espetáculo, que vão enfatizar a exterioridade e o autocentramento.

¹² Eric Hobsbawm. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, 1995, p. 22.

¹³ Joel Birman. *Mal-estar na atualidade*. *Op. cit.*.

Este referencial naturaliza a brutal desigualdade humana e, do ponto de vista da ordem vigente, contribui para o enrijecimento dos componentes de tensão presentes na sociedade, fortalecendo o congelamento da memória histórica e refreando a dimensão de porvir.

Essa racionalidade que preside as relações sociais, por meio da reificação do presente, não só reforça a perspectiva de manutenção do ordenamento capitalista, como investe na destruição de vínculos que ocasionem a humanização dos sujeitos. Ao fazê-lo, busca um tipo de formatação das subjetividades numa perspectiva de imediatividade, na qual o efêmero e o fragmentário, a produção de curto prazo e a insensibilidade perante o outro são componentes fundantes.

Neste contexto de ausência de vínculos substantivos, bastante pertinente é a observação de Richard Sennet: “Como os sujeitos podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?”¹⁴

Necessária se faz a compreensão de que o sujeito que se intenta plasmar é autocentrado, descrente das esferas coletivas, competitivo, eficiente e que vai buscar continuamente eximir-se de responsabilidades sociais, delegando-as, prioritariamente ao Estado.

Assim, o projeto societário hoje hegemônico – ainda que tenha como base essencial a acumulação privada – reforça-se por intermédio de hierarquias, normas e legislações legitimadoras de uma igualdade anunciada, ainda que formal, para a qual se atribuem regulações e disciplinamentos democráticos que irão dar sustentabilidade legal à desigualdade instituída. É este projeto, o do capital, majoritariamente é aceito e, mais que isto, internalizado pelos sujeitos. É que ao se reproduzir, assegura não apenas a sua reprodução, mas a do modo de produção capitalista, a da sociedade capitalista. São as relações mercantis que vêm conformando os processos sociais. O homem, neste contexto, ele próprio mercadoria, coisifica-se, se fragiliza e se fragmenta, se desfigurando na qualidade de produtor de coisas e de sua própria consciência.

A concepção de subjetividade com a qual o marxismo vai romper, e que está presente no âmbito da hegemonia burguesa, é a que supõe o indivíduo

¹⁴ Richard Sennett. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 23.

na qualidade de ente abstrato e idealizado, por conseguinte, exterior às suas *efetivas* relações sociais. E nessa abstração, ele pode ser “modelado”.

Marilena Chauí ressalta o fato de que essa visão de subjetividade, plasmada no interior do capitalismo, se sustenta, menos nas relações intersubjetivas e mais numa subjetividade conformada pela *mass media* e pela publicidade, apresentando uma incapacidade de simbolização, de transcender ao dado, de relacionar-se com o possível e, sobretudo, com a marca de uma certa infantilidade que se expressa perante a promessa de satisfações imediatas. Banaliza-se a competição e a violência, sucumbindo-se, assim, “à velocidade e fugacidade das imagens, sem passado e sem porvir”.¹⁵

Portanto a reflexão, sobre a subjetividade não pode prescindir de uma análise do capitalismo e da sociabilidade que este forja. A formulação de Marilena Chauí expõe com inquietude um dos desafios postos: “O que pode ser uma nova sociabilidade da classe trabalhadora, quando, em decorrência da forma atual do capital e da revolução tecnológica, ela perdeu todos os referenciais de identidade de classe (portanto, de sua subjetividade) e seus referenciais de espaço e tempo. Ou, para usar uma expressão de Harvey, está mergulhada, como nós todos, na compressão espaço-temporal produzida pelas novas tecnologias. Que nova subjetividade coletiva pode ser criada numa sociedade que se assenta sobre o desemprego estrutural, mas continua valorizando moralmente o trabalho e por isso desmoraliza, humilha, degrada o desempregado, e que julga todo trabalhador um desempregado potencial e, como tal, descartável? Como poderá ser inventada uma nova subjetividade emancipadora e emancipatória, depois desse terrível refluxo simbolizado pela queda do Muro de Berlim que simbolizou não só o desocultamento final do totalitarismo, mas sobretudo a construção do verdadeiro muro, invisível e intangível, o da divisão social do trabalho entre uns poucos poderosos que dominam o planeta e a massa dos deserdados da terra, a massa planetária dos descartáveis, do lixo?”¹⁶

Há na literatura no campo marxista, para além do próprio Marx,¹⁷ um conjunto de autores que salientam a presença e relevância do sujeito. Dessa

¹⁵ Marilena Chauí. *Subjetividades Contemporâneas: Comentários. Subjetividades Contemporâneas*, n. 1, 1997, p. 20.

¹⁶ *Idem*, p. 19.

¹⁷ Karl Marx. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

perspectiva é possível ressaltar, desde as pertinentes reflexões de Antonio Gramsci, especialmente os seus conceitos de senso comum/bom senso, de vontade e de hegemonia, na afirmação da possibilidade de expansividade de uma determinada visão de mundo; ou ainda os aportes de Henri Lefebvre¹⁸ em torno do (des)sentido da vida cotidiana sob o capitalismo; bem como as formulações de Karel Kosik¹⁹ sobre a pseudo-concreticidade do ordenamento capitalista, fetichizando e naturalizando as relações sociais; as considerações de Lucien Sève em torno da personalidade e das formas sociais de individualidade, no contraponto essencial entre as necessidades do indivíduo concreto e as contradições com as quais se depara em função de seu lugar de classe numa determinada formação social; ou ainda nos aportes críticos de Frederic Jameson²⁰ em torno da construção social pós-moderna, fundada na ode ao mercado e ao consumo, em detrimento dos indivíduos reais e de seu processo de humanização; das instigantes contribuições de Terry Eagleton²¹ e Slavoj Žizek²² em torno do conceito de ideologia, enfatizando menos seu caráter de obscurecimento do real – em função do ideário dominante –, mas qualificando-o como componente estruturante desse real.

Nos limites deste texto, priorizarei elementos do pensamento gramsciano, através do diálogo com alguns dos autores anteriormente arrolados.

Um primeiro aspecto, fundamental no interior do pensamento de Antonio Gramsci diz respeito à sustentação de que uma nova civilização só teria condições de se afirmar, por meio da presença na história das classes apartadas continuamente do poder político e do efetivo desenvolvimento de suas condições “intelectuais e morais” – as classes subalternas – o que implicaria na possibilidade de constituição de uma outra forma de sociabilidade, com a marca da humanização aludida por Marx.²³

¹⁸ Henri Lefebvre. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1958.

¹⁹ Karel Kosik. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

²⁰ Frederic Jameson. *Pós modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

²¹ Terry Eagleton *Ideologia, uma introdução*. São Paulo: Unesp/ Boitempo, 1997.

²² Slavoj Žizek. Como Marx inventou o sintoma. In: *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

²³ Antonio Gramsci. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987; *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978; *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Essa dimensão repõe com qualidade nova o lugar das classes trabalhadoras neste processo, em termos de sua efetiva participação e, mais que isto, sinaliza para a importância do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade, com capacidade de fecundar as possíveis ações políticas. Tal concepção histórico-crítica impõe em sua singularização a inclusão de um conjunto de componentes que possam favorecer a formação da personalidade dos trabalhadores. Esta vai supor, portanto, uma construção histórica dos processos subjetivos.

Assim, para além dos aspectos objetivos e nucleadores imediatos do seu processo organizativo e de lutas, fundamental se torna investir no processo de subjetivação das classes subalternas, a implicar na re-elaboração da própria função da cultura, da liberdade e da vontade, assim como nas esferas do individual e do coletivo.

Desta feita, se coloca como central o papel de protagonista e não de mero coadjuvante. Essa novidade a ser constituída supõe também uma nova feição subjetiva que cria condições para a existência de uma ação política também de outra natureza.

Essa relevância dos sujeitos históricos, explicitada por Gramsci, vai implicar na valoração da própria constituição desses sujeitos na qualidade de personalidade, vontade e processo organizativo, num movimento real de construção de um novo “bloco histórico”.

Em verdade, Gramsci retoma o potencial educativo do próprio marxismo. Salientará, portanto, não a autonomia ou prevalência dos campos de objetividade/subjetividade, mas o seu mútuo engendramento.

Há, portanto, fundamentos teóricos constitutivos que informam a temática da subjetividade no campo marxista, que carecem ser conhecidos e revisitados. Esses componentes põem em relevo uma de suas dimensões fundantes, a que se vincula à recusa frente à existência de um sujeito não emancipado, de um sujeito para o qual se atribui uma relação de subordinação a um ordenamento social que o desfigura, retirando-lhe componentes de humanidade e equalizando-o à mera mercadoria. Essa recusa em verdade traduz, por parte dessa concepção totalizadora da vida, não só a presença do sujeito, mas a afirmação de sua centralidade e indispensabilidade.

Assim, retomar este debate de forma mais substantiva sugere a sua inscrição na agenda político-formativa dos trabalhadores, visto que a

reconstrução dessa forma particular de subjetividade é componente essencial para que a perspectiva do devir se coloque como possibilidade.

Este investimento no plano da formação, pode permitir a constituição de elos entre o tempo das exterioridades (*imediato*) – que parece adquirir uma autônoma opacidade para quem nele está imerso –, e o tempo *mediato*, de compreensão do plano que não aparece, da busca coletiva de desvendamento do “segredo das formas” que estruturam a realidade dos fenômenos e experimentos humanos. Esses acessos são extremamente significativos no interior desse embate de racionalidades inscritas na vida social.

Eis parte do desafio posto aos sujeitos trabalhadores: afirmar sua personalidade e subjetividade, construindo uma identidade com capacidade de potencializar os elementos que estão postos no real, na tentativa de proporcionar um sentido novo às condições dadas, a partir de uma perspectiva anti-capitalista, o que significa apostar numa nova ordem humana, criação histórica de uma outra sociabilidade, novos campos coletivos, outros possíveis...

Possíveis estes com capacidade de proceder ao exercício de elaboração de novas referências valorativas, impulsionadoras de ações transgressoras da ordem vigente. Sentidos novos para a existência dos sujeitos que tornem real e visível uma das expressões da vida humana que o ordenamento hegemônico busca aprisionar: a dimensão do porvir.

Como Cornelius Castoriadis²⁴ penso que a história humana nunca está finalizada. Esta consiste exatamente na criação de novas formas de convivência humana e podemos afirmar, como ele, que não há um tipo de vida social na qual a imaginação humana se amalgame definitivamente.

²⁴ Cornelius Castoriadis. *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, v. 3.